



TRAGÉDIA NO SUL

Para obra de encosta, governo separa R\$ 1,7 bi

Desse montante, o Rio Grande do Sul receberá R\$ 152 milhões para erguer estruturas de contenção — e a previsão é que mais dinheiro seja liberado para investimentos em drenagem. Recursos fazem parte de um total de R\$ 18,3 bilhões

» VICTOR CORREIA

O governo federal destinou de R\$ 1,7 bilhão para projetos de contenção de encostas no Brasil, dentro do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para o Rio Grande do Sul, em situação de calamidade pelas enchentes que mataram mais de 100 pessoas, serão R\$ 152 milhões somente para as encostas. Os recursos estão dentro de um total de R\$ 18,3 bilhões, divulgados ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Nas próximas semanas, o governo divulgará, também, um aporte do Novo PAC para a drenagem.

Apesar do investimento, o programa anunciado não será a principal ferramenta para financiar a infraestrutura contra enchentes no Rio Grande do Sul. Segundo o ministro das Cidades, Jader Filho, mais de 200 municípios atingidos no estado nunca tiveram alagamentos. Assim, por não estarem classificados como áreas de risco, não eram elegíveis para a seleção do Novo PAC.

“Só no Rio Grande do Sul, mais de 200 municípios que hoje estão em estado de emergência, antes desse evento climático, não estavam em áreas de risco. Eles não poderiam sequer participar do critério de seleção do PAC para encostas e drenagem”, explicou Jader Filho.

Dos R\$ 18,3 bilhões anunciados ontem para todo o país, R\$ 10,6 bilhões são destinados à renovação da frota de veículos; R\$ 5,3 bilhões para a urbanização de favelas; R\$ 400 milhões para o abastecimento de água na zona rural; e R\$ 313 milhões para regularização fundiária urbana — além do R\$ 1,7 bilhão para as encostas.

Jader destacou que foram aceitas para o PAC as propostas apresentadas para contenção de deslizamentos no Rio Grande do Sul — duas em Porto Alegre e uma em Santa Maria, no total de R\$ 152 milhões. A próxima seleção, que deve ser anunciada ainda este mês, terá R\$ 4,8 bilhões para obras de financiamento em todo o país, mas privilegiará cidades gaúchas.

A próxima fase do Novo PAC não incluirá as cidades que não constam da relação de áreas de risco hidrológico e geológico. A inclusão é realizada por órgãos como a Defesa Civil e o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden).

“Aviso a todos nós”

No anúncio das medidas, Lula classificou que a calamidade no Rio Grande do Sul é “um aviso para todos nós” sobre o perigo das mudanças climáticas. “Não sei o que aconteceu no planeta Terra, mas o que ocorreu no Rio Grande do Sul é um aviso para todos nós. Precisamos ter a noção de que a Terra está cobrando. A gente não tem dimensão dela (enchente) ainda. A gente só vai ter dimensão do que foi esse desastre climático quando a água voltar à normalidade”, afirmou o presidente.

Lula lembrou, ainda, que investir em infraestrutura não dá votos. “Esse negócio de enterrar manilha, para catar detritos humanos, não é correto. O ideal é fazer ponte e viadutos, porque dá para colocar o nome do parente, do homenageado, e as pessoas veem. As pessoas não levam em conta que quando a gente faz investimento em uma encosta, se está garantindo que pessoas não mais vão morrer em deslizamento de terra nesse país”, frisou.

Lauro Alves/Secom/GRS



Socorrista sobrevoa região alagada. Mais de 200 municípios gaúchos não constavam como em emergência porque não eram considerados áreas de risco

TCU define relatores para fiscalizar ajuda

» EVANDRO ÉBOLI

O presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, definiu como se dará o acompanhamento pela Corte de emprego dos recursos a serem destinados à recuperação das dezenas de cidades atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Em reunião com deputados da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, Dantas informou aos parlamentares que serão criados três eixos de

fiscalização — e definiu quem serão os ministros relatores na Corte responsáveis por cada um deles.

Os gastos e despesas referentes à contratação e transporte ficará a cargo do ministro Vital do Rêgo. “É uma das partes mais importantes porque vai envolver licitações realizadas pelo governo federal, pelas estados e pelos municípios. É uma parte que vai pegar também rodovia e recuperação do aeroporto (Salgado Filho)”, disse Dantas.

As questões que tratam de ação da Defesa Civil ficarão sob

a fiscalização do ministro Augusto Nardes, ex-parlamentar do PP, que é gaúcho. E o terceiro eixo apresentado pelo presidente do TCU trata da questão fiscal — o Congresso aprovou o decreto legislativo que reconheceu o estado de calamidade pública no estado e que também irá flexibilizar a destinação de recursos para e acelerar o repasse de verbas para ao Rio Grande do Sul.

“É uma questão fiscal, já aprovada pelo Congresso, que permitiu a mitigação do primário na Lei de

Responsabilidade Fiscal (LRF) e o limite de gastos para esse ano vai ficar fora. Vamos acompanhar para não haver o comprometimento da dívida pública ou algo do gênero”, disse Dantas, que destacou o ministro Jhonatan de Jesus para fazer esse acompanhamento.

Presidente da Comissão de Fiscalização, o deputado Joséildo Ramos (PT-BA) aposta no trabalho conjunto com o TCU na fiscalização da aplicação do dinheiro público na recuperação do Rio Grande do Sul.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Solidariedade aos gaúchos melhora avaliação de Lula no Sul

Enquanto no país inteiro a imagem de Luiz Inácio Lula da Silva e do seu governo continuam em queda, no Sul do país, região onde o ex-presidente Jair Bolsonaro foi vitorioso nas eleições, o presidente da República melhorou sua avaliação, segundo pesquisa Genial/Quaest, divulgada ontem. Lula tinha 25 pontos percentuais de avaliação positiva, subiu para 34 pontos, enquanto a avaliação negativa caiu de 42 para 41 pontos.

No contingente que considerava sua atuação regular, 6% de 31% avaliaram que o governo melhorou. Esse resultado é atribuído à rapidez e intensidade com Lula mobilizou os esforços da União, e não somente do governo, para atender às vítimas das chuvas do Rio Grande do Sul.

Esse resultado mostrou ao governo que a solidariedade como os mais necessitados e a eficiência dos órgãos federais no socorro são capazes de reverter a imagem negativa, não somente no Sul, mas também nos demais estados. E a guerra de fake news nas redes sociais, com intuito de desgastar o governo, ontem, recrudescer em razão da pesquisa.

A crise no Rio Grande do Sul continuava liderando as postagens no X (antigo Twitter). Pela mesma razão, os ataques à jornalista da Globo News Natuza Nery, chamada de “menininha” e “miserável” pelo influenciador de extrema direita Pablo Marçal, também estavam entre os mais comentados. De igual maneira, o ministro da Comunicação Social, Paulo Pimenta, que está no Rio Grande do Sul coordenando as ações do

governo e é gaúcho, figurava entre os mais citados na rede.

A politização da tragédia agora parece inevitável. Por causa das fake news, Pimenta pediu à Polícia Federal (PF) para investigar mentiras em redes sociais espalhadas pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP), pelo senador Cleitinho (Republicanos-MG) e por Marçal. O ministro da Comunicação Social alega que houve impacto dessas narrativas na credibilidade das instituições — como o Exército, Força Aérea Brasileira (FAB), Polícia Rodoviária Federal (PRF) e ministérios.

Onze publicações consideradas fake news foram listadas. Eduardo Bolsonaro publicou nas redes sociais que o governo federal teria demorado quatro dias para enviar reforços à região. Mas a outra face dessa moeda é a cadeia

de solidariedade e a mobilização da sociedade, que mostram um nível de coesão social que está em contradição com o que acontece nas bolhas da internet.

Pesquisas

No quadro geral da pesquisa Genial/Quaest, porém, a percepção do governo segue em linha descendente. A avaliação positiva ficou em 33%, menor nível desde o início do levantamento, iniciada em fevereiro de 2023. Na edição anterior, em fevereiro deste ano, esse percentual era de 35%. Outro terço da população considera o governo ruim ou péssimo, mas esse número caiu 1%. O contingente que considera o governo regular passou de 28% para 31%. O dado mais significativo é a avaliação do rumo governo, que 49% consideram errado, enquanto 41% consideram certo.

No Sudeste, Lula enfrenta talvez o seu pior cenário, com os índices de aprovação em queda livre: era de 30% caiu para 26%. Os que avaliam negativamente o

governo hoje são 39%, alta de 1%. A faixa dos que o consideram regular aumentou de 20% para 32%.

Ao contrário do que ocorre no Sul, onde a atuação de Lula no socorro aos flagelados é reconhecida por uma parcela que fazia uma avaliação hostil ao governo, no Sudeste Lula não consegue melhorar sua avaliação por causa da percepção popular sobre a economia. Em dois dos quatro estados do Sudeste, ele enfrenta governadores de oposição que são potenciais candidatos a presidente: Tarcísio de Freitas (SP) e Romeu Zema (MG). No Rio de Janeiro, o governador Cláudio Castro também é da oposição. O único governador aliado de Lula é Renato Casagrande, do Espírito Santo.

No Centro-Oeste, o governador Ronaldo Caiado (GO), com aprovação muito superior, não esconde que pretende disputar a Presidência. A avaliação positiva de Lula caiu de 33% para 30%. A negativa continua 33%. Quanto a regular, saiu de 31% para 34%. A pesquisa foi realizada entre 2 e 6 de maio e ouviu presencialmente 2.045

brasileiros de 16 anos ou mais, em todos os estados. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais.

A imagem do governo Lula é fruto de um choque de versões, no qual as redes sociais têm papel decisivo. Por mais que o governo mostre indicadores positivos na economia, a percepção continua negativa para 38% dos entrevistados, enquanto apenas 27% acreditam que melhorou. A inflação é a principal causa das insatisfações, principalmente os gastos com combustíveis, água, luz e alimentos. São itens básicos para a sensação de qualidade de vida da população.

Mesmo no Nordeste, seu principal reduto, Lula registrou queda na avaliação positiva, passando de 51%, em fevereiro, para 48%, em maio. O percentual de entrevistados que avaliam o governo regular também aumentou, no mesmo período — 25% para 30%. A fatia dos nordestinos que avaliavam o governo Lula como negativo passou de 23% para 21%, ainda acima do piso de 18% nas edições anteriores.